

**EDcl no ARE no RE nos EDcl no AgInt nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº
1.621.910 - SP (2016/0059729-0)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
EMBARGANTE : IZARI CARLOS DA SILVA JUNIOR
ADVOGADO : GETÚLIO NUNES - SP081915
EMBARGADO : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
ADVOGADOS : ALEXANDRA BERTON SCHIAVINATO - SP231355
MARIANE LATORRE FRANÇO SO LIMA E OUTRO(S) -
SP328983

DESPACHO

Trata-se de recurso extraordinário interposto por IZARI CARLOS DA SILVA JUNIOR contra acórdão prolatado pela Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça.

O recurso extraordinário teve seu seguimento negado com a aplicação do tema 339 do Supremo Tribunal Federal.

Contra essa decisão, a parte primeiramente interpôs o agravo em recurso extraordinário e, no dia seguinte, interpôs o agravo interno.

A Corte Especial não conheceu dos recursos em acórdãos assim ementados:

AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGOU SEGUIMENTO. SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. RECURSO MANIFESTAMENTE INCABÍVEL. ART. 1.030, § 2º, DO CPC. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. PRAZO RECURSAL NÃO INTERROMPIDO. CERTIFICAÇÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. Conforme previsão do artigo 1.030, § 2º, do Estatuto Processual Civil, é cabível agravo interno/regimental contra a decisão que negar seguimento a recurso extraordinário que discuta questão constitucional na qual o Supremo Tribunal Federal não tenha reconhecido a existência de repercussão geral ou interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Excelso Pretório exarado no regime de repercussão geral.

2. A interposição de agravo em recurso extraordinário em face de decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário, nos termos do artigo 1.030, inciso I, alínea "a", do Código de Processo Civil, evidencia a ocorrência de erro grosseiro, a impossibilitar a aplicação do princípio da fungibilidade recursal ao caso.

3. Tratando-se de recurso manifestamente incabível, que não suspende nem interrompe o prazo para a interposição de outro recurso, verifica-se a ocorrência do trânsito em julgado da decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário.

4. Agravo em recurso extraordinário não conhecido.

AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGOU SEGUIMENTO. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO E INTERNO CONTRA A MESMA

DECISÃO. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. É manifestamente incabível o segundo recurso interposto pela mesma parte, contra a mesma decisão, em razão da preclusão consumativa e do princípio da unirrecorribilidade.

2. Agravo interno não conhecido.

A Coordenadoria de Recursos Extraordinários certificou a ocorrência do trânsito em julgado em 26/06/2018 (fl. 2.266).

Em momento posterior ao efetivo trânsito em julgado, a peticionária opôs embargos de declaração contra os julgados, protocolados eletronicamente em 28/11/2018 e 3/12/2018.

Não há mais nada a prover na espécie.

Consoante demonstrado, o trânsito em julgado da decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário do recorrente já foi, há muito, certificado nestes autos (fl. 2.266), sendo manifestamente incabível o presente recurso.

A prestação jurisdicional, na espécie, foi exaurida, no que competia ao Superior Tribunal de Justiça e à Vice-Presidência desta Corte.

Feitas essas considerações, **fica determinado o arquivamento imediato de quaisquer outras manifestações, dispensando o envio de expediente avulso à Vice-Presidência.**

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 08 de fevereiro de 2019.

Ministra Maria Thereza de Assis Moura
Vice-Presidente